LEI Nº 11.793, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

Altera a Lei Estadual nº 11.666, de 24 de julho de 2026, para disciplinar a destinação de recursos as emendas parlamentares individuais de execução obrigatória no exercício de 2027.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Estadual nº 11.666, de 24 de julho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. .....
.....

§4º No caso de excesso de arrecadação em razão da receita líquida resultante de impostos, mencionada no caput deste artigo, ficam fixados aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes, a integralidade do excedente, obedecendo a proporcionalidade estabelecida neste artigo.
.....

Art. 42. As emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2027 observarão o art. 204-A da Constituição do Estado do Pará, o art. 205, §2º, da mesma Constituição e as disposições desta Lei.

§1º O montante global será apurado no limite de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Poder Executivo, observado o regime constitucional vigente.

§2º O montante de que trata o §1º será distribuído em partes iguais entre os membros da Assembleia Legislativa, sem distinção de autoria, filiação partidária, bancada ou posição política.

§3º Metade do montante global será destinada a ações e serviços públicos de saúde, vedada a utilização para pagamento de pessoal ou encargos sociais, observada a legislação aplicável.

§4º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no parágrafo anterior, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso II do §2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§5º As programações deverão ser compatíveis com o Plano Plurianual, esta Lei, a Lei Orçamentária Anual e as demais disposições constitucionais e legais aplicáveis.

§6º Consideram-se incompatíveis as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual que:

I - no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;

II - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

III - concederem dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, conforme art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - concederem dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado, conforme art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964; e

V - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas com a manutenção dos órgãos e entidades, alocadas no Programa Manutenção da Gestão;

b) despesas com recursos vinculados da Administração Pública direta e fundos, para outro objeto que não os definidos nas leis específicas;

c) despesas financiadas com recursos próprios das entidades da Administração Pública indireta para outro órgão ou entidade;

d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado;

e) recursos de operações de crédito internas e externas; e

f) recursos para repasses financeiros em ajustes de mútua cooperação em que o Estado figure como uma das partes do ajuste.

§7º As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na quantificação física do produto.

Art. 42-A. A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) disponibilizará a memória de cálculo do montante destinado às emendas individuais, com indicação da receita corrente líquida de referência, do período de apuração, do percentual aplicado, do montante global, da cota igualitária por parlamentar e da parcela destinada às ações e serviços públicos de saúde.

§1º A Lei Orçamentária Anual consignará as programações correspondentes, com identificação de autoria, objeto, beneficiário, localização, órgão executor e valores previstos, respeitados o limite fixado no art. 204-A da Constituição Estadual, os limites fiscais aplicáveis e a legislação orçamentária.

§2º A apuração e a execução das emendas não instituem piso nominal por parlamentar, nem autorizam a superação dos limites constitucionais e das normas gerais de direito financeiro.

Art. 42-B. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações decorrentes das emendas individuais.

§1º A análise, o empenho, a liquidação, a programação financeira e o pagamento observarão critérios objetivos, impessoais, equitativos e rastreáveis, vedada distinção em razão de autoria, filiação partidária, bloco parlamentar, condição de maioria ou minoria, posição política ou relação com o Poder Executivo.

§2º As programações integrarão a programação financeira e o cronograma de desembolso previstos no art. 54 desta Lei; eventual limitação de empenho e movimentação financeira observará critérios gerais, objetivos, impessoais e proporcionais, vedadas restrições seletivas ou discriminatórias.

§3º Os órgãos executores analisarão tempestivamente as programações e comunicarão ao parlamentar autor, de forma individualizada e motivada, os impedimentos identificados, com indicação das providências necessárias à sua superação.

§4º Não constituem, por si sós, impedimento de ordem técnica a demora imputável exclusivamente ao órgão executor ou a exigência desprovida de fundamento legal, regulamentar ou técnico; é vedada a postergação injustificada que inviabilize o saneamento em tempo hábil.

§5º Para a identificação e a análise dos impedimentos de ordem técnica, serão consideradas, no que couber ao regime orçamentário estadual, as hipóteses previstas no art. 10 da Lei Complementar Federal nº 210, de 25 de novembro de 2024, sem prejuízo das demais disposições desta Lei e da legislação aplicável.

Art. 42-C. Identificado impedimento técnico, será assegurada ao parlamentar oportunidade efetiva de saneamento ou remanejamento da programação, mediante complementação documental, adequação do objeto, substituição do beneficiário, ajuste de valor ou indicação de outra programação, observado o procedimento orçamentário legalmente cabível.

§1º O remanejamento poderá ser integral ou parcial, vedados o aumento da cota individual e a redução da parcela constitucionalmente vinculada às ações e serviços públicos de saúde.

§2º O Poder Executivo estabelecerá, em articulação com a programação financeira, calendário com períodos adequados para análise, comunicação de impedimentos, saneamento e remanejamento, assegurada a apreciação motivada dos requerimentos e a possibilidade de tratar impedimentos supervenientes.

Art. 42-D. As informações relativas às emendas individuais e à execução orçamentária e financeira serão divulgadas em sistema eletrônico de acesso público, de forma individualizada e periodicamente atualizada, com identificação, no mínimo, do autor, beneficiário, objeto, localização, órgão executor, valores autorizados, empenhados, liquidados e pagos, impedimentos, remanejamentos e restos a pagar.

Parágrafo único. A SEPLAD encaminhará trimestralmente à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa relatório consolidado de execução, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos orçamentários e financeiros a partir do exercício de 2027.

PALÁCIO DO GOVERNO, 10 de novembro de 2026.

HANA GHASSAN TUMA
Governadora do Estado

# ANEXO II

# METAS FISCAIS

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ANUAIS
2027

| ESPECIFICAÇÃO | LDO 2027 | | | | LDO 2028 | | | | LDO 2029 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIB)x100 | % RCL (a/RCL)x100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b/PIB)x100 | % RCL (b/RCL)x100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c/PIB)x100 | % RCL (c/RCL)x100 |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS) | 60.842.962 | 49.960.365 | 17,45 | 107,79 | 60.490.609 | 49.160.865 | 17,15 | 104,14 | 62.674.829 | 49.979.798 | 17,41 | 103,21 |
| Receitas Próprias (EXCETO FONTES RPPS) (I) | 48.558.424 | 41.367.198 | 14,45 | 86,05 | 47.265.528 | 38.380.982 | 13,42 | 81,56 | 50.024.227 | 39.892.307 | 13,90 | 82,37 |
| Receitas Próprias Correntes | 48.421.096 | 41.249.912 | 14,41 | 85,77 | 47.144.440 | 38.282.248 | 13,38 | 81,31 | 49.896.238 | 39.804.379 | 13,87 | 82,16 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 21.849.556 | 20.767.973 | 7,49 | 43,20 | 22.950.264 | 21.885.214 | 7,65 | 46,51 | 23.810.521 | 22.707.180 | 7,93 | 46,94 |
| Transferências Correntes | 22.620.003 | 21.791.915 | 7,79 | 45,34 | 23.404.161 | 22.612.718 | 7,90 | 47,99 | 24.215.765 | 23.408.879 | 8,09 | 47,94 |
| Demais Receitas Próprias Correntes | 1.949.536 | 1.707.926 | 0,60 | 3,98 | 1.789.514 | 1.584.316 | 0,55 | 3,36 | 1.869.951 | 1.656.300 | 0,58 | 3,42 |
| Receitas Próprias de Capital | 314.424 | 298.974 | 0,07 | 0,48 | 321.088 | 314.424 | 0,07 | 0,48 | 336.467 | 314.424 | 0,08 | 0,49 |
| Receitas Total (EXCETO FONTES RPPS) | 60.842.962 | 49.960.365 | 17,45 | 107,79 | 60.490.609 | 49.160.865 | 17,15 | 104,14 | 62.674.829 | 49.979.798 | 17,41 | 103,21 |
| Despesas Próprias (EXCETO FONTES RPPS) (II) | 48.186.872 | 43.503.441 | 15,54 | 89,31 | 47.918.477 | 43.208.818 | 15,30 | 87,33 | 49.561.973 | 45.818.847 | 15,46 | 86,06 |
| Despesas Próprias Correntes | 36.814.470 | 34.307.196 | 13,71 | 84,91 | 43.407.396 | 41.249.912 | 15,33 | 89,02 | 44.762.756 | 44.224.964 | 14,82 | 87,98 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 24.815.485 | 23.907.316 | 8,54 | 63,62 | 28.484.027 | 24.815.485 | 8,85 | 53,99 | 26.582.968 | 24.815.485 | 8,83 | 53,16 |
| Outras Despesas Correntes | 11.914.438 | 10.470.438 | 3,83 | 21,29 | 11.755.568 | 11.734.327 | 4,27 | 34,37 | 18.343.588 | 17.734.327 | 6,37 | 34,81 |
| Despesas Próprias de Capital | 6.152.642 | 4.945.591 | 1,77 | 10,68 | 4.060.764 | 3.941.748 | 1,37 | 8,31 | 4.106.571 | 3.941.479 | 1,36 | 8,08 |
| Superavit de Vinculo a Pagar de Despesas Próprias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita Total (COM FONTES RPPS) | 68.773.334 | 63.751.445 | 19,20 | 118,98 | 68.324.481 | 64.400.438 | 19,26 | 118,21 | 69.179.423 | 64.310.387 | 19,26 | 114,21 |
| Receitas Próprias (COM FONTES RPPS) (III) | 48.077.886 | 44.517.778 | 14,96 | 103,84 | 50.100.342 | 46.406.551 | 15,87 | 103,63 | 52.013.781 | 48.741.162 | 17,39 | 103,66 |
| Despesas Total (COM FONTES RPPS) | 68.773.334 | 63.751.445 | 19,20 | 118,98 | 68.324.481 | 64.400.438 | 19,26 | 118,21 | 69.179.423 | 64.310.387 | 19,26 | 114,21 |
| Despesas Próprias (COM FONTES RPPS) (IV) | 62.674.846 | 60.982.106 | 18,03 | 113,13 | 62.921.940 | 60.815.466 | 17,71 | 107,43 | 64.336.196 | 60.725.418 | 17,99 | 106,67 |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II) | 474.422 | 849.748 | 0,50 | 1,67 | 470.941 | 469.264 | 0,16 | 0,88 | 642.960 | 660.264 | 0,31 | 1,66 |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV) | (3.620.130) | (5.447.561) | -1,28 | -7,72 | (3.030.737) | (1.940.924) | -0,66 | -4,15 | (3.160.424) | (1.391.991) | -0,56 | -2,52 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) | 1.015.560 | 1.015.560 | 0,36 | 2,16 | 1.044.562 | 1.015.560 | 0,36 | 2,18 | 1.126.815 | 1.091.562 | 0,37 | 2,01 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) | 1.422.412 | 1.408.160 | 0,51 | 3,18 | 1.674.091 | 1.620.802 | 0,63 | 3,23 | 1.780.214 | 1.663.844 | 0,58 | 3,44 |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 16.561.566 | 14.991.972 | 5,38 | 33,19 | 14.827.558 | 14.017.551 | 4,98 | 28,06 | 13.121.430 | 12.048.988 | 4,24 | 26,79 |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | 8.484.784 | 8.183.801 | 2,93 | 18,13 | 6.616.776 | 6.861.368 | 2,33 | 14,18 | 4.876.496 | 4.566.503 | 1,65 | 8,19 |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha (VII) | (5.750.084) | (5.911.636) | -1,36 | -8,06 | (1.679.010) | (1.466.782) | 0,60 | 3,29 | (3.298.530) | (3.011.355) | 0,74 | -4,56 |

FONTE: SEFA/SEPLAD e SEFAZ/PGE.
Notas:
1 - Valores projetados e propostos no PCA do respectivo ano, projetado pela Receita Itaer como a evolução do PIB - Perfil.
2 - O Resultado Nominal está de acordo com a metodologia apresentada no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 16ª ed., onde o resultado positivo significa que houve diminuição da dívida e o valor negativo o aumento da dívida.

O cálculo das metas foi realizado considerando o seguinte cenário macroeconômico:

| VINCULAÇÃO | LDO 2027 | LDO 2028 | LDO 2029 |
|---|---|---|---|
| Projeção do PIB Para R$ Milhares | 348.494.300 | 367.032.300 | 383.884.900 |
| IPCA (%) | 3,80% | 3,80% | 3,80% |

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2027

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LDO 2024 | LDO 2026 | % | LDO 2026 | % | LDO 2027 | % | LDO 2028 | % | LDO 2029 | % |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS) | 46.815.017 | 47.465.477 | 1,40% | 48.160.546 | 3,40% | 50.842.440 | 2,79% | 50.490.609 | 0,98% | 52.675.829 | 3,31% |
| Receitas Próprias (EXCETO FONTES RPPS) (I) | 37.572.446 | 41.471.229 | 10,38% | 44.259.075 | 13,49% | 48.558.424 | 6,47% | 47.265.528 | 4,24% | 50.024.227 | 4,28% |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS) | 46.815.017 | 47.465.477 | 1,40% | 50.256.101 | 5,88% | 50.842.440 | 0,59% | 50.490.609 | 0,98% | 52.675.829 | 3,31% |
| Despesas Próprias (EXCETO FONTES RPPS) (II) | 40.984.782 | 45.704.280 | 11,84% | 47.902.346 | 4,78% | 48.186.872 | 0,73% | 47.918.477 | 0,32% | 49.561.973 | 3,36% |
| Resultado Primário (COM FONTES RPPS) | - | 52.963.343 | - | 53.151.048 | 1,12% | 55.773.234 | 4,93% | 56.304.451 | 0,95% | 58.178.623 | 3,33% |
| Receitas Próprias (COM FONTES RPPS) (III) | - | 46.100.347 | - | 50.270.648 | 11,42% | 48.077.886 | -4,34% | 50.100.342 | 4,21% | 52.013.781 | 4,25% |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS) | - | 52.963.343 | - | 53.151.048 | 1,12% | 55.773.234 | 4,93% | 56.304.451 | 0,95% | 58.178.623 | 3,33% |
| Despesas Próprias (COM FONTES RPPS) (IV) | - | 50.821.147 | - | 52.291.430 | 2,89% | 52.674.648 | 0,75% | 52.581.966 | 0,29% | 54.336.196 | 3,32% |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II) | (3.414.364) | (4.232.851) | 27,40% | (3.647.310) | -37,24% | 874.552 | -123,98% | 470.961 | -46,15% | 642.956 | 100,21% |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV) | - | (5.400.800) | - | (1.668.092) | -69,12% | (3.450.108) | 82,74% | (2.030.757) | -41,13% | (1.140.494) | -41,59% |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 12.526.118 | 16.572.405 | 32,29% | 11.287.030 | -31,89% | 15.961.666 | 37,87% | 14.827.558 | -7,77% | 13.121.430 | -9,58% |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | 5.477.878 | 10.720.567 | 95,75% | 4.743.429 | -55,75% | 8.484.796 | 78,87% | 6.616.776 | -16,59% | 4.876.496 | -32,34% |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha | (4.267.413) | (5.378.405) | 26,05% | 2.673.108 | -149,69% | (3.760.956) | -240,68% | 1.679.010 | -142,10% | 3.298.530 | 41,83% |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LDO 2024 | LDO 2026 | % | LDO 2026 | % | LDO 2027 | % | LDO 2028 | % | LDO 2029 | % |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS) | 42.395.058 | 42.421.909 | 5,40% | 47.087.539 | 3,40% | 48.862.500 | 3,29% | 48.160.865 | 0,98% | 48.979.798 | -0,16% |
| Receitas Próprias (EXCETO FONTES RPPS) (I) | 36.010.758 | 40.966.349 | 14,49% | 44.261.314 | 13,49% | 44.360.198 | 0,20% | 46.380.982 | 4,54% | 48.696.831 | 0,73% |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS) | 42.395.058 | 42.421.909 | 5,40% | 48.264.833 | 5,88% | 48.862.500 | 1,24% | 48.160.865 | 0,98% | 48.979.798 | -0,16% |
| Despesas Próprias (EXCETO FONTES RPPS) (II) | 37.797.473 | 40.758.282 | 15,79% | 45.837.498 | 4,78% | 43.863.441 | -8,08% | 45.804.814 | 5,02% | 45.818.847 | -0,20% |
| Resultado Primário (COM FONTES RPPS) | - | 50.284.803 | - | 50.993.248 | 1,12% | 53.731.440 | 5,84% | 54.400.438 | 1,28% | 54.310.387 | -0,17% |
| Receitas Próprias (COM FONTES RPPS) (III) | - | 43.727.368 | - | 48.268.082 | 11,42% | 46.317.779 | -4,29% | 48.406.551 | 4,51% | 48.741.162 | 0,69% |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS) | - | 50.284.803 | - | 50.993.248 | 1,12% | 53.731.440 | 5,84% | 54.400.438 | 1,28% | 54.310.387 | -0,17% |
| Despesas Próprias (COM FONTES RPPS) (IV) | - | 48.340.595 | - | 50.001.750 | 3,40% | 50.662.108 | 1,32% | 50.813.468 | 0,30% | 50.725.418 | -0,18% |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II) | (3.786.684) | (3.836.933) | 30,31% | (3.576.776) | -37,24% | 842.758 | -123,71% | 455.354 | -46,38% | 630.284 | 38,44% |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV) | - | (5.184.294) | - | (1.608.491) | -68,97% | (3.467.561) | 83,99% | (1.960.834) | -46,57% | (1.041.891) | -46,86% |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 11.563.018 | 15.896.847 | 36,90% | 10.835.857 | -31,84% | 14.981.972 | 38,26% | 14.017.551 | -6,43% | 12.548.988 | -10,48% |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | 5.364.327 | 10.284.655 | 102,57% | 4.555.748 | -55,70% | 8.163.801 | 80,36% | 6.861.368 | -15,95% | 4.566.503 | -34,82% |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha | (3.954.396) | (5.159.406) | -17,85% | 2.748.348 | -153,29% | (3.613.436) | -231,49% | 1.466.782 | -140,67% | 3.011.355 | 36,54% |

Fonte: SEPLAD/SEFA-DPG
Obs: As informações com as fonte RPPS foram publicadas a partir de 2024, deste forma, estas informações não constam nos anos de 2024 e 2025.

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes Índices de Inflação'

| 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|---|---|---|---|---|---|
| 3,50 | 3,51 | 4,50 | 3,40 | 3,50 | 3,50 |

Tabela 15 -Projeção dos Grandes Grupos de Despesas 2027 - 2029.

| GRANDES GRUPOS | 2027 | 2028 | 2029 |
|---|---|---|---|
| **Despesas Correntes** | **48.697.382.096** | **50.209.406.788** | **51.723.928.104** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 29.150.561.625 | 30.170.831.282 | 31.226.810.377 |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.492.812.338 | 1.756.966.448 | 1.575.653.387 |
| Outras Despesas Correntes | 18.053.988.132 | 18.281.608.058 | 18.921.464.340 |
| **Despesas de Capital** | **6.618.983.142** | **5.602.208.030** | **6.712.626.340** |
| Investimentos | 4.281.202.020 | 3.010.197.668 | 3.019.070.538 |
| Inversões Financeiras | 882.173.352 | 913.049.419 | 945.006.149 |
| Amortizações | 1.355.287.770 | 1.678.960.943 | 1.748.448.653 |
| Reserva | 534.660.164 | 553.373.269 | 572.741.334 |
| **TOTAL** | **55.760.685.401** | **55.384.987.087** | **58.009.194.778** |

FONTE: SEFA/SEPLAD.

# MEMÓRIA DE CÁLCULO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - 2027
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO
I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

RECEITA E DESPESA - PROJETADA

R$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | 2027 | 2027 - S/ RPPS | 2028 | 2028 - S/ RPPS | 2029 | 2029 - S/ RPPS |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITAS CORRENTES** | **64.759.112** | **61.948.722** | **67.596.811** | **64.688.058** | **70.566.063** | **67.555.594** |
| Receita de Impostos e Taxas | 36.837.881 | 36.837.881 | 38.705.880 | 38.705.880 | 40.671.490 | 40.671.490 |
| Receita de Contribuição | 1.891.503 | 398.403 | 1.957.706 | 412.347 | 2.026.226 | 426.779 |
| Receita Patrimonial | **1.778.690** | **1.010.662** | **1.840.944** | **1.046.035** | **1.905.377** | **1.082.646** |
| Receitas Financeiras | 1.607.356 | 839.327 | 1.663.613 | 868.704 | 1.721.839 | 899.108 |
| Receitas Não Financeiras | 171.334 | 171.334 | 177.331 | 177.331 | 183.538 | 183.538 |
| Receita Agropecuária | 35 | 35 | 37 | 37 | 38 | 38 |
| Receita Industrial | 7.328 | 7.328 | 7.585 | 7.585 | 7.850 | 7.850 |
| Receita de Serviços | 910.786 | 910.786 | 942.663 | 942.663 | 975.656 | 975.656 |
| Transferências Correntes | 22.620.003 | 22.620.003 | 23.404.161 | 23.404.161 | 24.215.765 | 24.215.765 |
| Demais Receitas Correntes | 712.886 | 163.625 | 737.837 | 169.352 | 763.661 | 175.279 |
| Receitas Intraorçamentárias | 3.632.662 | 1.212.479 | 3.759.805 | 1.254.916 | 3.891.399 | 1.298.838 |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **2.669.786** | **2.669.786** | **1.002.720** | **1.002.720** | **582.330** | **582.330** |
| Operações de Crédito | 2.436.019 | 2.436.019 | 760.772 | 760.772 | 331.913 | 331.913 |
| Amortização de Empréstimos | 19.343 | 19.343 | 20.020 | 20.020 | 20.720 | 20.720 |
| Alienações de Ativos(VII) | 14.930 | 14.930 | 15.453 | 15.453 | 15.994 | 15.994 |
| Transferência de Capital | 199.494 | 199.494 | 206.476 | 206.476 | 213.703 | 213.703 |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | - | - | - |
| **DEDUÇÃO DO FUNDEB** | **7.330.739** | **7.330.739** | **7.674.116** | **7.674.116** | **8.034.346** | **8.034.346** |
| **DEDUÇÃO TCM** | **7.957.586** | **7.957.586** | **8.380.770** | **8.380.770** | **8.826.823** | **8.826.823** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **48.697.362** | **43.822.923** | **50.209.406** | **45.164.361** | **51.723.928** | **46.502.307** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 29.150.562 | 24.815.485 | 30.170.831 | 25.684.027 | 31.226.810 | 26.582.968 |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.492.812 | 1.492.812 | 1.756.966 | 1.756.966 | 1.575.653 | 1.575.653 |
| Outras Despesas Correntes | 18.053.988 | 17.514.626 | 18.281.608 | 17.723.368 | 18.921.464 | 18.343.686 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **6.518.663** | **6.488.230** | **5.602.208** | **5.570.710** | **5.712.525** | **5.679.924** |
| Investimento | 4.281.202 | 4.250.769 | 3.010.198 | 2.978.699 | 3.019.071 | 2.986.470 |
| Inversões Financeiras | **882.173** | **882.173** | **913.049** | **913.049** | **945.006** | **945.006** |
| Concessão de Empréstimos | | | | | | |
| Demais Inversões Financeiras | 882.173 | 882.173 | 913.049 | 913.049 | 945.006 | 945.006 |
| Amortização da Dívida | 1.355.288 | 1.355.288 | 1.678.961 | 1.678.961 | 1.748.449 | 1.748.449 |
| **RESERVA DE CONTINGENCIA** | **208.960** | **208.960** | **216.274** | **216.274** | **223.843** | **223.843** |
| **RESERVA DO RPPS** | **325.700** | **337.099** | | | **348.898** | |

FONTE: SEFA/SEPLAD

**RESULTADO PRIMÁRIO**

R$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | 2027 | 2027 - S/ RPPS | 2028 | 2028 - S/ RPPS | 2029 | 2029 - S/ RPPS |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | **64.759.112** | **61.948.722** | **67.596.811** | **64.688.058** | **70.566.063** | **67.555.504** |
| (-) Aplicações Financeira | 1.607.356 | 839.327 | 1.663.613 | 868.704 | 1.721.839 | 899.108 |
| **RECEITAS FISCAIS CORRENTES** | **63.151.756** | **61.109.395** | **65.933.198** | **63.819.355** | **68.844.224** | **66.656.395** |
| RECEITAS DE CAPITAL | 2.669.786 | 2.669.786 | 1.002.720 | 1.002.720 | 582.330 | 582.330 |
| (-) Operações de Crédito | 2.436.019 | 2.436.019 | 760.772 | 760.772 | 331.913 | 331.913 |
| (-) Amortização de Empréstimos | 19.343 | 19.343 | 20.020 | 20.020 | 20.720 | 20.720 |
| **RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL** | **214.424** | **214.424** | **221.929** | **221.929** | **229.697** | **229.697** |
| (-) DEDUÇÃO DO FUNDEB | 7.330.739 | 7.330.739 | 7.674.116 | 7.674.116 | 8.034.346 | 8.034.346 |
| (-) DEDUÇÃO DO TCM | 7.957.586 | 7.957.586 | 8.380.770 | 8.380.770 | 8.826.823 | 8.826.823 |
| **RECEITAS PRIMARIAS (A)** | **48.077.855** | **46.035.494** | **50.100.242** | **47.986.398** | **52.212.751** | **50.024.923** |
| DESPESAS CORRENTES | 48.697.362 | 41.307.482 | 50.209.406 | 45.164.361 | 51.723.928 | 46.502.307 |
| (-) Juros e Encargos da Dívida | 1.492.812 | 1.492.812 | 1.756.966 | 1.756.966 | 1.575.653 | 1.575.653 |
| **DESPESAS FISCAIS CORRENTES** | **47.204.550** | **39.814.670** | **48.452.439** | **43.407.395** | **50.148.275** | **44.926.654** |
| DESPESAS DE CAPITAL | 6.518.663 | 6.488.230 | 5.602.208 | 5.570.710 | 5.712.525 | 5.679.924 |
| (-) Concessão de Empréstimos | - | - | - | - | - | - |
| (-) Amortização da Dívida | 1.355.288 | 1.355.288 | 1.678.961 | 1.678.961 | 1.748.449 | 1.748.449 |
| **DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL** | **5.163.375** | **5.132.942** | **3.923.247** | **3.891.749** | **3.964.077** | **3.931.476** |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 208.960 | 208.960 | 216.274 | 216.274 | 223.843 | 223.843 |
| **DESPESA PRIMÁRIA** | **52.576.885** | **45.156.572** | **52.591.960** | **47.515.417** | **54.336.195** | **49.081.973** |
| | 47.863.431 | 45.821.069 | 49.878.312 | 47.764.469 | 51.983.055 | 49.795.226 |
| **RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)** | **(4.499.031)** | **878.922** | **(2.491.719)** | **470.981** | **(2.123.444)** | **942.950** |

A partir do exercício de 2023,o Estado adota a metologia de deduzir as Transferências Constitucionais aos Municípios da fonte.

O valores de 2025 à 2027 são os fixados nas LDOs dos referidos exercícios, excluído as intraorçamentárias. Os valores de 2023 à 2025 referem-se a projeções, excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, da STN, 14ª edição.

## II - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA DO ESTADO DO PARÁ

**META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA**

R$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|---|---|---|---|---|
| **DÍVIDA CONSOLIDADA (I)** | **11.287.000** | **15.561.666** | **14.507.938** | **13.121.420** |
| Dívida Mobiliária | - | | | |
| Outras Dívidas | 11.287.000 | 15.561.666 | 14.507.938 | 13.121.420 |
| **DEDUÇÕES (II)** | **6.543.172** | **7.066.881** | **7.592.162** | **8.441.965** |
| Ativo Disponível | 7.932.223 | 8.567.111 | 9.203.904 | 10.234.111 |
| Haveres Financeiros | 414.902 | 448.110 | 481.418 | 535.304 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 1.803.953 | 1.948.340 | 2.093.160 | 2.327.451 |
| **DCL (III)=(I-II)** | **4.743.828** | **8.494.786** | **6.915.776** | **4.679.456** |
| **RESULTADO NOMINAL** | **2.873.108** | **(3.750.958)** | **1.579.010** | **2.236.320** |
| **(abaixo da linha) (d) = (a) + (b-c)** | | | | |

FONTE: SEFA/SEPLAD

Notas: - Projeção com base o cronograma previsto de pagamento, considerando os indexadores dos contratos, para os respectivos anos.

- O valores de 2025 à 2027 são os fixados nas LDOs dos referidos exercícios, os valores de 2023 a 2025 refere-se a projeções.

- O Estado do Pará não possui Dívida Mobiliária.

## III - MEMÓRIA DE CALCULO DAS DEDUÇÕES DO FUNDEB E TCM

**DADOS TOTAIS**

R$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | Valores Brutos | | |
|---|---|---|---|
| | 2027 | 2028 | 2029 |
| IPVA | 1.564.474 | 1.619.230 | 1.675.903 |
| ITCD | 88.891 | 92.002 | 95.222 |
| ICMS | 27.955.207 | 29.512.312 | 31.156.148 |
| FPE | 14.284.436 | 14.784.391 | 15.301.845 |
| IPI | 708.971 | 733.785 | 759.468 |
| CIDE | 37.219 | 38.522 | 39.870 |
| **T O T A L** | **44.639.197** | **46.780.242** | **49.028.455** |

FONTE: SEFA/SEPLAD

**A) DESTINADO AO FUNDEB**

R$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | Valores Brutos | | |
|---|---|---|---|
| | 2027 | 2028 | 2029 |
| IPVA | 156.447 | 161.923 | 167.590 |
| ITCD | 17.778 | 18.400 | 19.044 |
| ICMS | 4.193.281 | 4.426.847 | 4.673.422 |
| FPE | 2.856.887 | 2.956.878 | 3.060.369 |
| IPI | 106.346 | 110.068 | 113.920 |
| **T O T A L** | **7.330.739** | **7.674.116** | **8.034.346** |

**B) DESTINADO A TCM**

R$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | Valores Brutos | | |
|---|---|---|---|
| | 2027 | 2028 | 2029 |
| IPVA | 782.237 | 809.615 | 837.952 |
| ICMS | 6.988.802 | 7.378.078 | 7.789.037 |
| FPE | 177.243 | 183.446 | 189.867 |
| CIDE | 9.305 | 9.630 | 9.968 |
| **T O T A L** | **7.957.586** | **8.380.770** | **8.826.823** |

FONTE: SEFA/SEPLAD

Notas: - Metodologia aplicada a partir da LDO 2023

## IV - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS NOVAS DOCSS

R$ milhares

| DETALHAMENTO RECEITA | 2026* | 2027 | AUMENTO |
|---|---|---|---|
| IPVA (1112.51) | 1.507.199.960,00 | 1.564.473.558,00 | 57.273.598,00 |
| ITCD (1112.52) | 85.636.961,00 | 88.891.166,00 | 3.254.205,00 |
| ICMS | 26.455.597.846,00 | 27.955.206.955,00 | 1.499.609.109,00 |
| IR | 3.283.648.928,00 | 3.408.427.587,00 | 124.778.659,00 |
| **Aumento Permanente de receita sem dedução** | **31.332.083.695** | **33.016.999.266** | **1.684.915.571** |
| Dedução FUNDEB | 4.136.187.065 | 4.367.506.632 | 231.319.567 |
| Dedução TCM | 7.367.499.442 | 7.771.038.518 | 403.539.076 |
| **Saldo final de aumento das receitas** | **11.503.686.507** | **12.138.545.150** | **634.858.643** |
| Total de eventos Pessoal | | | 947.530.873 |
| **Novas DOCCS projetadas** | | | **947.530.873** |
| **Margem Líquida de expansão** | | | **102.526.054** |

FONTE: SEFA/SEPLAD

Notas: * OS DADOS DE 2026 REESTIMADOS

DOE Nº 36.832, DE 10/11/2026 – EDIÇÃO EXTRA

*Este texto não substitui o texto publicado no Diário Oficial do Estado do Pará.